

A lição coreana que o Brasil ignora

Por *Nilson Teixeira*

Valor, 27/05/2026

A diferença entre os dois países reside na prioridade

A Coreia do Sul tinha renda per capita semelhante à brasileira no início dos anos 80, mas hoje é quase três vezes superior. Sua estrutura industrial, então parecida com a do Brasil, está na fronteira tecnológica em semicondutores, telas, automóveis e navios. Já a produtividade industrial brasileira pouco evoluiu em quatro décadas.

Governos brasileiros desde 1990 enviam equipes à Coreia para entender seu avanço. O roteiro é repetitivo: chaebols (grandes conglomerados), Ministério da Economia e banco de desenvolvimento. Os relatórios focam em política industrial, incentivos setoriais, crédito direcionado e metas de exportação. Pecam, porém, por omitir que o sucesso coreano se apoiou numa educação básica de alta qualidade, inexistente no Brasil. Mais do que planos setoriais, foi a educação que a levou ao desenvolvimento.

Nos anos 50, o foco coreano foi universalizar o ensino primário (até os 11 anos), com a alta do orçamento da educação de 9% em 1955 para 15% em 1960 destinada a esse segmento e à alfabetização. A expansão da middle school (12 a 15 anos) veio depois — a obrigatoriedade começou em 1985 e a universalização ocorreu nos anos 2000. Apesar de não obrigatório, apenas 1% dos coreanos entre 25 e 34 anos não concluiu o high school (16 a 18 anos). Mesmo só focando no ensino superior após garantir qualidade na base, mais de 70% dos egressos do ensino médio entram na universidade, e a mesma proporção dos coreanos entre 25 e 34 anos tem diploma universitário — taxa não é maior porque o governo incentiva técnicos a ingressar no mercado antes da universidade.

A educação na Coreia não se destaca pelo turno diário da escola regular — cerca de 5 horas no primário, 7 horas na middle school e 9 horas no high school, inferior à maioria dos países da OCDE, e sim pelos hagwons. Essas instituições privadas de reforço em matemática, coreano, inglês e artes são frequentadas desde cedo como preparação para o vestibular. Mesmo numa rede majoritariamente pública, as famílias gastam muito nos hagwons, sinal do elevado valor do ensino. O ótimo desempenho coreano nos testes internacionais resulta de escolas eficazes, currículo rigoroso, docentes bem formados e pagos — salário inicial superior ao PIB per capita, hagwons, estudo intenso e forte cobrança familiar.

A estratégia brasileira nos últimos 30 anos inverteu esse modelo. Além da universalização tardia do fundamental, a qualidade no ensino básico é baixa, como atesta o IDEB. A disparidade frente à Coreia é enorme: só 50% dos brasileiros de 15 anos alcançam o mínimo do Pisa em leitura, contra quase 100% dos coreanos. Apesar da baixa qualidade do ensino básico e da enorme evasão no médio — Pé-de-Meia só surgiu em 2025, o governo federal concentrou esforços no nível superior nos últimos 25 anos, criando cerca de 20 novas universidades federais, mais de 150 novos campi e programas como o Reuni, o ProUni e o Fies. Sob a retórica da democratização do acesso, gerou-se um desenho malfeito, a ponto de o Fies exigir recorrentes perdões de dívidas devido à absurda inadimplência.

O caminho para o Brasil não é copiar o modelo coreano. Especialistas alertam para o suicídio estudantil e o excesso de memorização. As famílias brasileiras tampouco endossariam a

enorme pressão competitiva nem aportariam boa parte do orçamento para aulas extras. Mesmo assim, há lições a extrair.

A primeira é a atuação gradativa. A Coreia estruturou primeiro a base, depois o meio, e só então o topo. O Brasil precisa universalizar o ensino infantil e expandir o fundamental para tempo integral com qualidade. A legislação estimula esse modelo, mas a execução regional é lenta. A prioridade federal deveria ser a criança, não a universidade.

A segunda é a qualidade. Ampliar a permanência sem aprendizado é inútil. Municípios pobres como Sobral (CE) e Boa Esperança (ES) provam que metas claras por ciclo, alfabetização na idade certa e monitoramento contínuo funcionam e independem da renda local.

A terceira é a formação de professores. A Coreia profissionalizou seus docentes com rigoroso exame nacional de ingresso e o programa Master Teachers, que torna 25% dos professores referência metodológica. No Brasil, a formação continuada é frágil e subutiliza o 3 setor. Em vez de abrir universidades, o governo federal deveria adotar programa em larga escala de treinamento de professores do infantil e fundamental.

A quarta é a avaliação. A Coreia avalia sistematicamente seus alunos para corrigir rumos. O Saeb e o IDEB são bem desenhados, mas subutilizados na calibração de políticas e intervenções nas escolas. Os retrocessos assustam: o resultado do 2 ano do fundamental, quando se mede a alfabetização, sequer foi divulgado pelo governo.

A quinta é a valorização do magistério. A progressão salarial por tempo de serviço não premia mérito. Executivo e Legislativo precisariam aprovar modelo próximo do coreano, com bônus por desempenho da escola, progressão atrelada ao aprendizado dos alunos e incentivos para atuação em áreas vulneráveis. Todavia, sindicatos resistem, alegando que os resultados ruins independem dos profissionais. Sem menosprezar os enormes desafios, o país precisa premiar esforço e resultado.

A sexta é a separação das carreiras docentes e de gestão. Bom professor não é, necessariamente, bom diretor. O gestor demanda carreira e seleção próprias, focadas em liderança, organização e articulação com famílias. Enquanto a Coreia separa essas funções desde 1980, o Brasil ainda escolhe diretores por critérios políticos e corporativos questionáveis.

Em suma, a diferença entre Brasil e Coreia reside na prioridade. É um erro estrutural anunciar planos mirabolantes de política industrial sem antes garantir prioridade absoluta à educação básica, ao treinamento de professores, à remuneração dos docentes baseada na meritocracia e à profissionalização da gestão. Recursos existem, pois o Fundeb responde por mais de 60% dos gastos educacionais de entes regionais. Enquanto o governo federal preterir essas prioridades e distribuir fundos sem critério, o Brasil continuará preso na armadilha da renda média.

Nilson Teixeira é Ph.D. em Economia pela Universidade da Pensilvânia e mestre em Economia pela PUC-RJ